

A IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA PARA CONCRETIZAR O CURRÍCULO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO

APOLIANE LIMA EUCLYDES*

Instituto Federal de Brasília

<https://orcid.org/0009-0001-3499-4635>

MÁRCIA CASTILHO DE SALES**

Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal

<https://orcid.org/0000-0002-3367-412X>

RESUMO

Esse artigo partiu do seguinte problema: qual o papel da Coordenação Pedagógica na concretização do currículo integrado do Curso Técnico em Administração do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja), em um dos Campi do Instituto Federal de Brasília? O estudo de caso teve como objetivo geral em compreender a promoção da integração curricular expressa no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que se desdobrou em cinco objetivos específicos, como a análise das concepções expressas nos documentos norteadores no curso sobre a organização do trabalho pedagógico; a identificação dos mecanismos existentes para desenvolver o currículo integrado, apontando limites e obstáculos e apresentando estratégias de ações de intervenção para a melhoria contínua do exercício do currículo integrado na Educação Profissional. O estudo de caso desenvolvido buscou compreender o fenômeno de forma aprofundada através de uma coleta de dados sistemática, utilizando entrevistas semiestruturadas realizada com três grupos de protagonistas que atuam no curso: docentes do curso técnico do Proeja, a Coordenação Pedagógica e a Coordenação do Curso, totalizando um grupo de amostra de 12 entrevistados. Os resultados encontrados revelam contradições, avanços e preocupações na organização do trabalho pedagógico e na gestão pedagógica do curso, que precisam ser enfrentadas para o alcance da integração curricular pleiteada no PPC e normativas oficiais da instituição.

Palavras-chave: Currículo integrado; Educação Profissional; Coordenação pedagógica.

* Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional. Instituição a que pertence: Instituto de Brasília. Cargo: Assistente de Alunos. E-mail: apoliane.euclides@ifb.edu.br

** Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília (1985), Especialista em Tecnologia Educativa pela Faculdade de Motricidade Humana - UTLisboa (2006) - Portugal e em Formação de Professores para séries iniciais - UnBrasília - DF (2003), Mestrado em Engenharia de Mídias para a Educação pela Universidade de Poitiers - França (2007) e Doutorado em Educação pela Universidade de Brasília (2018). Professora aposentada da SEEDF desde 2015. E-mail: mcastilhosales@gmail.com

ABSTRACT:

THE IMPORTANCE OF PEDAGOGICAL COORDINATION TO IMPLEMENT THE INTEGRATED CURRICULUM IN PROFESSIONAL EDUCATION

This article started from the following problem: what is the role of the Pedagogical Coordination in implementing the integrated curriculum of the Technical Course in Administration of the National Program for Integration of Professional Education with Basic Education, in the Modality of Young People and Adults (Proeja), in a of the Campi of the Federal Institute of Brasilia? The case study had as its general objective to understand the promotion of curricular integration expressed in the Course Pedagogical Project (PPC) which unfolded into five specific objectives, such as the analysis of the concepts expressed in the guiding documents in the course on the organization of pedagogical work; the identification of existing mechanisms to develop the integrated curriculum, pointing out limits and obstacles and presenting strategies of intervention actions for the continuous improvement of the exercise of the integrated curriculum in Professional Education. The case study developed sought to understand the phenomenon in depth through systematic data collection, using semi-structured interviews carried out with three groups of protagonists who work in the course: teachers of the technical course of Proeja, the Pedagogical Coordination and the Course Coordination, totaling a sample group of 12 respondents. The results found reveal contradictions, advances and concerns in the organization of the pedagogical work and in the pedagogical management of the course, which need to be faced in order to achieve the curricular integration claimed in the institution's official documents and regulations.

Keywords: Integrated curriculum; Professional Education: Pedagogical coordination.

RESUMEN:

LA IMPORTANCIA DE LA COORDINACIÓN PEDAGÓGICA PARA CONCRETAR EL CURRÍCULO INTEGRADO EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL

Ese artículo partió del siguiente problema: cuál es el papel de la Coordinación Pedagógica en la concreción del currículo integrado del Curso Técnico en Administración del Programa Nacional de Integración de la Educación Profesional con la Educación Básica, en la Modalidad de Jóvenes y Adultos (Proeja), en uno de los Campi del Instituto Federal de Brasilia? El estudio de caso tuvo como objetivo general comprender la promoción de la integración curricular expresada en el Proyecto Pedagógico de Curso (PPC) que se desplegó en cinco objetivos específicos, como el análisis de las concepciones expresadas en los documentos de orientación en el curso sobre la organización del trabajo pedagógico; la identificación de los mecanismos existentes para desarrollar el currículo integrado, señalando límites y obstáculos y presentando estrategias de acciones de intervención para la mejora continua del ejercicio del currículo integrado en la Educación Profesional. El estudio de caso desarrollado buscó comprender el fenómeno de forma profundizada a través de una recopilación

de datos sistemática, utilizando entrevistas semiestructuradas realizadas con tres grupos de protagonistas que actúan en el curso: docentes del curso técnico del Proeja, la Coordinación Pedagógica y la Coordinación del Curso, totalizando un grupo de muestra de 12 entrevistados. Los resultados encontrados revelan contradicciones, avances y preocupaciones en la organización del trabajo pedagógico y en la gestión pedagógica del curso, que necesitan ser enfrentadas para el alcance de la integración curricular pleiteada en el PPC y normativas oficiales de la institución.

Palabras clave: Currículo integrado; Educación Profesional; Coordinación pedagógica.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo propicia uma reflexão sobre a importância da coordenação pedagógica na concretização do currículo integrado na oferta da Educação Profissional articulada com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, em uma Instituição Federal de Brasília (IFB), sendo fruto de uma pesquisa de mestrado¹ realizada no curso Técnico em Administração do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja. Através de conversas com alguns profissionais que atuam no curso, identificou-se a necessidade de se fortalecer o movimento prático da integração curricular entre as disciplinas do curso, analisando de forma mais aprofundada o contexto e a realidade escolar e investigando como se tem efetivado a integração entre formação geral e profissional, considerando a ação dos Coordenadores Pedagógicos (CDPD) para sua implementação.

Assim, investigar o trabalho desenvolvido pela Coordenação Pedagógica (CDPD) na implementação curricular integrada na Educação Profissional é relevante tendo em vista o papel

desempenhado pela CDPD ser estratégico e fazer toda a diferença na instituição de ensino considerando-se todo o movimento prático da integração e de sua importância na educação emancipadora dos trabalhadores-estudantes. Desse modo, por meio do estudo de caso sobre a temática, procurou-se identificar e refletir alguns desafios, limites e possibilidades vivenciados na prática cotidiana escolar, considerando-se todas as forças práticas que se materializam na organização curricular. Além disso, Sales (2020) complementa que para que a integração aconteça na constituição curricular integrada na educação profissional é preciso coexistir todo um mecanismo articulatório entre todos os protagonistas desse processo educativo, envolvendo diretores, gestores, coordenadores e professores, sendo um resultado da prática coletiva cotidiana.

A organização da temática inicia com a apresentação da metodologia da pesquisa e como ela foi desenvolvida na instituição de ensino, envolvendo os protagonistas do curso técnico integrado a Educação de Jovens e Adultos no Campus Gama, no Instituto Federal de Brasília, no período de 2021 a 2022.

2. METODOLOGIA E DISCUSSÃO

O estudo caracterizou-se com uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza histórico social que tem como estratégia de investigação o estudo de caso em um ambiente natural, em

1 Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos onde foram respeitados todos os procedimentos éticos durante a realização da pesquisa, garantindo a dignidade, os direitos e a segurança dos voluntários. Esse CEP localiza-se no seguinte endereço: CEP/UNICEPLAC - SIGA Área Especial N.º 2- Setor Leste-Gama-DF, Sala 208 Bloco E, CEP: 72460- 000, Telefone: (61) 3035-1811, E-mail: cep@uniceplac.edu.br.

que o pesquisador realiza a técnica de coletas de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental. De acordo com Triviños (2009) a pesquisa qualitativa retrata os dados por meio da observação do processo, analisando os dados mais relevantes para a solução do problema da pesquisa. Além disso, uma pesquisa de caráter histórico social procura entender de forma aprofundada a raiz do problema, propondo como resultado uma intervenção na realidade.

A abrangência desse estudo de caso está vinculada a educação profissional em um Campus do IFB, no período de distanciamento social por conta da pandemia da COVID-19, onde utilizou-se como estratégia de pesquisa entrevistas semiestruturadas realizada via Zoom, a todos os entrevistados que atuam no curso, isto é, 10 (dez) docentes do Proeja, a Coordenação Pedagógica e a coordenação do Curso Técnico em Administração do Proeja, totalizando uma população amostral de 12 sujeitos protagonistas do Proeja em Administração. Essa é uma amostra não probabilística escolhida aleatoriamente por conveniência, considerando-se o papel estratégico desses sujeitos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico no Campus. Além disso, a realização da análise e interpretação dos dados foi realizada através do método de análise de conteúdos conforme defendido por Bardin (2010).

Segundo Bardin (2010), a criação das categorias de análise perpassa pela fase de exploração de material onde se analisa as categorias formadas no referencial teórico, realizando a confrontação com os dados coletados nas entrevistas, fazendo recortes de palavras, frases ou parágrafos construindo desse modo as unidades de registro. Essa fase é fundamental para análise, pois será feita a exploração do material buscando realizar a categorização ou codificação dos dados, classificando e apontando de forma estratégica a criação das categorias de análise, realizando a separação e uma posterior articulação das unidades de registro. Logo, quando temos e palavras se repetem, isso

pode ser um procedimento estratégico na codificação que favorece a criação das unidades de registro e na formação das categorias iniciais de análise (Bardin, 2010). Para mais, torna-se relevante destacar que a análise dos dados coletados não utilizou softwares para a análise das entrevistas, sendo a análise realizada de forma manual com recursos do computador.

A proposta de análise de BARDIN (2010) perpassa três fases: 1) pré-análise; 2) exploração de material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Nessa pesquisa as categorias foram formadas a posteriori considerando o processo progressivo e sistemático da análise das entrevistas.

Durante a exploração das entrevistas transcritas foram sendo organizados recortes do texto que mantinham relação com os seguintes temas estabelecidos: tempo de atuação no Proeja, formação para o Proeja, concepção de integração, progresso na integração, propostas para melhoria, avanços no PPC, problemas identificados, propostas, Coordenação Pedagógica (CDPD) na integração, planejamentos coletivos e análise do papel do coordenador.

A seguir, iremos apresentar a análise dos resultados e encaminhamentos alcançados na pesquisa.

3. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROEJA E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

O papel da Coordenação Pedagógica na articulação do currículo integrado na Educação profissional não é neutro, pois a ação mediadora desse profissional influencia diretamente o trabalho docente em razão desse especialista ser considerado um mediador/orientador do trabalho pedagógico coletivo atuando na concretização do exercício da integração (MARCONDES, LEITE E OLIVEIRA, 2012).

Os autores Sales e Reis (2019) salientam que a concepção de um currículo integrado se materializa através da compreensão de que as

disciplinas dialogam com o itinerário formativo profissional do curso, permitindo a solução dos problemas de forma integrada, através de uma construção coletiva entre os docentes de ambas as formações (geral e específica), assim como dos gestores pedagógicos e administrativos. Desse modo, a Coordenação Pedagógica pode promover a superação do trabalho fragmentado e o fortalecimento de práticas integradoras no desenvolvimento do currículo, em virtude de também integrar a equipe de gestão escolar e manter estreita relação com toda a comunidade escolar (OLIVEIRA, 2018). Ademais, a constituição identitária desse setor na escola evidencia ações de articulação pedagógica, trabalho coletivo e o exercício de formação continuada docente (CORRÊA E FERRI, 2016), isto é, a Coordenação Pedagógica media os confrontos do ambiente escolar, além de intervir e influenciar nas relações interpessoais estabelecidas, pois atua próximo os docentes, discentes e a comunidade escolar, logo, o coordenador pedagógico precisa ter uma visão aguçada da realidade que o circunda, visto que ao observar e refletir sobre os problemas e dificuldades presentes no ambiente escolar poderá contribuir e mediar de forma estratégica os interesses e necessidades da instituição (PLACCO E SOUZA, 2012).

Ao analisar o organograma e a legislação do IFB que a CDPD e a Coordenação de Curso apresentam papéis similares, promovendo sobreposição de tarefas, contradições e incoerências sobre o desempenho de suas atribuições, pois nem sempre o que está expresso nas normas internas é o que de fato se apresenta na prática, por esse motivo torna-se pertinente discorrer sobre o papel das duas coordenações a seguir.

3.1 A Coordenação Pedagógica (CDPD) no âmbito do IFB

De acordo com o levantamento da pesquisa documental sobre as atribuições da CDPD no âmbito do IFB, identificou-se poucos documentos que normatizam essa função no Campus. Dentre eles podemos citar a Resolução n.º

35/2012 – CS/IFB, ela reforça que a formação continuada fica a cargo da CDPD cabendo a ela a organização e participação de forma sistemática das reuniões pedagógicas dos cursos, organizando e implementando programas de formação pedagógica contínua dos professores do Campus, acompanhando e monitorando desenvolvimento do planejamento e realização dos cursos. Seu papel ainda incorpora o acompanhamento do desenvolvimento das aulas, contribuindo com o aperfeiçoamento do processo-didático-pedagógico, propondo eventos, reuniões, encontros e cursos para que os docentes aprimorem a relação docente educativa, acompanhando a ação pedagógica dos professores, sugerindo, caso necessário, a capacitação dos professores.

Um outro documento interno é a Resolução N.º 35/2012 – CS/IFB que delibera sobre a estrutura organizacional do IFB, determinando que cabe à Pró-Reitoria de Ensino (PREN) a responsabilidade pela capacitação da CDPD nos Campi. Do mesmo modo, a Nota Técnica N.º 001 – 2015 – PREN/RIFB, ainda dispõe sobre a necessidade de integração das atividades entre a Coordenação Pedagógica (CDPD) e a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE), respeitando-se seus respectivos campos de execução, tratando sobre diversas atividades pedagógicas, evidenciando a relevância desse trabalho ser articulado entre as coordenações, salientando que uma das ações do pedagogo da CDPD deve ser voltado aos docentes, mas buscar atender também algumas ações relativas ao ensino e aprendizagem dos estudantes. Além disso, a Resolução N.º 01/2017/CS – IFB, em seu Art. 51, define que, dentre as inúmeras atribuições arroladas sobre o papel da CDPD, esse profissional encarrega-se pela organização e implementação do programa de formação continuada docente, acompanhando o trabalho pedagógico dos professores, sugerindo, quando necessário capacitação. Para mais, essa norma evidencia a necessidade de o trabalho do Coordenador de Curso ser articulado com a Coordenação

Pedagógica nas atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas do curso.

3.2 A Coordenação de Curso na normatização do IFB

De acordo com o organograma presente na Resolução N.º 01/2017- CS/IFB, Anexo III, que apresenta a estrutura geral por campus do Instituto Federal de Brasília, a Coordenação de Curso subordina-se hierarquicamente à Coordenação Geral de Ensino (CGEN) do Campus, que se vincula diretamente à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DREP), isto é, ela não se subordina hierarquicamente à CDPD. Analisando as normas internas que tratam sobre as atribuições do coordenador de curso, foram identificadas as seguintes resoluções que discriminam os deveres desses profissionais: Resolução n.º 005 – 2013/CS – IFB, Resolução n.º 06/2015/CS – IFB, Resolução n.º 01/2017 – CS/IFB. Todavia, observa-se que todas essas normas mencionam praticamente as mesmas atribuições. Sendo assim, considerando as atribuições do Coordenador de Curso, além das previstas no Regimento Geral do IFB, pode-se destacar na Resolução N.º 01/2017/CS – IFB, Art. 50 algumas atribuições como a responsabilidade de convocar e presidir as reuniões de colegiado de curso, planejando, coordenando, acompanhando e avaliando as atividades pedagógicas do curso conjuntamente com a Coordenação Pedagógica. Além disso, ele zela pelo acompanhamento e aperfeiçoamento do processo educativo docente, controlando a execução do Plano Individual de Trabalho de cada professor, encaminhando semestralmente um relatório à CGEN. A Resolução N.º 01/2017/CS – IFB, I, ainda dispõe sobre a necessidade do trabalho do Coordenador de Curso ser articulado com a CDPD. Outrossim, no âmbito do Campus pesquisado a Coordenação de Curso do Proeja é responsável por gerir pedagogicamente os professores e estudantes e para isso tem em alguns momentos o acompanhamento da CDAE, da Coordenação Pedagógica (CDPD)

e de outras coordenações nesse processo.

Assim sendo, seguindo o assunto pesquisado foram formadas categorias finais que são de certa forma aglutinações das temáticas anteriores embasadas também pelo conceito norteador da pesquisa. Essa fase de exploração do material foi fundamental para aproximação de temas e construção dos seguintes aspectos centrais analisados:

- 1 – Concepção de integração;
- 2 – Concepções e considerações sobre o PPC;
- 3 – Atuação das coordenações pedagógicas;
- 4 – Problemas mais evidenciados;

A seguir apresentamos os resultados encontrados e analisados a luz do propósito da pesquisa realizada.

3.3 Concepção de integração

Na Instituição Federal de Ensino pesquisada observa-se entre alguns entrevistados incompreensões do conceito de integração, isto é, apenas alguns respondentes compreendem a dissociabilidade entre as formações geral e específica. Os demais precisam considerar o trabalho como princípio estruturante e a formação humana integral, além de apresentarem confusão entre as concepções de integração e interdisciplinaridade. Logo, torna-se relevante que todos compreendam a concepção de integração e que tenham como ponto de partida o itinerário formativo do curso presente no PPC do curso.

Para SALES (2020) no currículo integrado, a integração é o início e não o fim. A partir do percurso do perfil profissional do curso, a construção da integração se inicia, agrupando as disciplinas que dialogam com os eixos e mecanismos de integração. A interdisciplinaridade é o resultado desse processo, que se concretiza através de práticas e estratégias pedagógicas. Nesse aspecto definimos um diferencial expresso no PPC, pois a maioria dos cursos integrados passam a conceber a interdisciplinaridade apenas na sua implantação, não concebendo a integração desde sua origem, ou seja, desde a construção do PPC. Sales ainda afirma:

Outra diferença marcante entre a relação da interdisciplinaridade e a integração é que o planejamento da primeira sempre ocorre após a aprovação do curso pela instituição. Será nos espaços de diálogos coletivos que essa interdisciplinaridade será perseguida de forma contínua. A integração precisa ser concebida ainda na construção do desenho curricular do curso integrado, para ser implementada durante percurso de aprendizagem. Sob esse ângulo, observa-se que existe uma grande confusão sobre a integração nessa oferta, porque algumas instituições concentram seus esforços na busca pela interdisciplinaridade após o curso aprovado, o que pode acontecer sem envolver todas as disciplinas e de forma pontual no curso (SALES, 2020, p. 30).

Como a autora afirma acima, é importante diferenciar a integração da interdisciplinaridade, pois enquanto a primeira é concebida na construção do curso e segundo o itinerário formativo, a segunda é concebida após a aprovação do curso e a partir de situações-problemas, ou temáticas e conceitos.

3.4 Concepções e considerações sobre o PPC

Em análise do PPC identificamos os mecanismos de integração necessários para a implementação da integração curricular no curso que se contrapõe, pois exige um envolvimento e compreensão sobre a forma da integração não só para os docentes, mas para todos os que protagonizam o curso. O PPC construído coletivamente e implementado, exige da Coordenação Pedagógica uma retomada recorrente, trazendo para a pauta das reuniões, todos os fundamentos constituídos e que precisam ser lembrados. A lógica de integração proposta no curso parte do itinerário formativo e é desenvolvido conforme etapas formativas, desenvolvido modularmente e com mecanismos integradores ajustados, como eixos, projetos e eventos integradores. A cada semestre é necessário a construção coletiva do processo da integração envolvendo todos os protagonistas do curso. Se esse processo não acontece, a integração não é alcançada. Pontualmente, al-

gumas disciplinas podem desenvolver projetos, concretizando a interdisciplinaridade apenas.

Percebe-se na pesquisa que grande parte dos docentes compreendem o que é a integração, todavia uma minoria mostra-se resistente ao currículo integrado e isso prejudica a integração curricular, pois o currículo integrado parte de um grupo integrado, onde todos devem participar dos espaços de construção coletiva para desenvolver o planejamento do Projeto Integrador expresso no PPC, que tem como base o itinerário formativo do perfil profissional do curso, no caso, Administração.

3.5 Atuação das coordenações pedagógicas

Importante salientar que a organização curricular dos cursos técnicos integrados possui uma complexidade que exige do coordenador conhecimentos do trabalho pedagógico relativo a planejamento de ensino, do trabalho pedagógico coletivo, de estratégias de ensino aprendizagem, de organização de projetos de pesquisa e de procedimentos didático-pedagógicos, entre outros.

Desse modo, entende-se que os docentes que assumem a função de coordenador pedagógico devem apresentar um perfil diferenciado, além de uma formação pedagógica específica para acompanhar o desenvolvimento do trabalho pedagógico da estrutura curricular integrada prescrita no PPC do curso.

No período da pesquisa, o Coordenador de Curso do Proeja não tinha uma formação pedagógica para fazer o acompanhamento pedagógico do PPC. A este respeito, entende-se que para atuar como Coordenador de Curso em cursos integrados, principalmente por suas idiossincrasias, esses profissionais deveriam ter pelo menos uma formação continuada na área do Proeja.

Destacamos que a legislação permite a atuação de coordenadores de curso sem formação pedagógica específica e ainda exige uma atuação que detenha domínio pedagógico. Como promover a articulação pedagógica conforme

prescrito no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de quem não tem formação para tal? Nota-se uma incoerência na legislação institucional², pois a legislação que regulamenta os cursos técnicos e os técnicos integrados não diferencia a complexidade pedagógica dos cursos.

Somando-se a isso, observa-se as contradições na legislação sobre a atuação da Coordenação Pedagógica e da Coordenação de Curso que apresentam papéis similares, promovendo conflitos e confusão sobre o desempenho de suas atribuições. Esse alinhamento pedagógico precisa ser administrado previamente, sob pena de desenvolverem ações duplicadas ou díspares no trabalho pedagógico. O ideal é ter um coordenador de curso que possua uma formação pedagógica, domine o processo de integração contido no PPC e articule o grupo, de forma a desenvolverem sistematicamente e de forma coletiva, as atividades integradoras propostas no curso. A Coordenação Pedagógica seria acionada, caso necessário e para fins específicos.

Constata-se que duas coordenações pedagógicas com atuações contidas e fragmentadas, estão realizando ações que nem sempre se complementam. Entende-se que a Coordenação de Curso é quem de fato faz o papel pedagógico na direção do processo de integração no curso do Proeja e não a CDPD.

3.6 Problemas mais evidenciados

Apresentamos a seguir os aspectos mais evidenciados pelos depoentes da pesquisa.

a. A contradição expressa na legislação do IFB sobre a Coordenação Pedagógica

Constatou-se nas normas internas sobre as atribuições da Coordenação Pedagógica (CDPD) no âmbito do IFB (Resolução N.º 01/2017/CS- IFB), que registra que seu papel é de mediador dos processos pedagógicos, responsável por organizar e participar siste-

maticamente das reuniões pedagógicas dos cursos, acompanhando o trabalho pedagógico, a formação continuada docente, cooperando na implementação dos processos didáticos e pedagógicos.

Todavia, nota-se que uma coisa é o que está na Lei e outra é o que de fato de implementa na prática, pois percebe-se contradições da legislação sobre a atuação da CDPD, isto é, percebe-se que a CDPD não tem muita influência na mediação do processo de integração curricular na organização do trabalho pedagógico, pois esse papel fica mais sob a responsabilidade do Coordenador de Curso, que realiza a mediação entre o currículo e a prática.

O estudo realizado constatou que a legislação do IFB desconsidera a realidade da logística do currículo integrado, isto é, observa-se que Coordenação Pedagógica não influencia na mediação do processo de integração curricular e na organização do trabalho pedagógico no Campus pesquisado, pois na prática esse papel fica mais sob a responsabilidade do Coordenador de Curso, que implementa o PPC. Além do mais, a legislação do IFB não expressa uma formação pedagógica para ser Coordenador de Curso, tanto na Educação Básica, como na Educação Superior. Isto significa que qualquer professor poderá se candidatar a função de Coordenador de Curso em cursos técnicos integrados, podendo prejudicar o desenvolvimento do curso, visto que tanto a Coordenação de Curso e a Coordenação Pedagógica requerem competências pedagógicas.

Nessa perspectiva, a articulação do currículo depende do protagonismo da Coordenação Pedagógica, em outros termos, se a Coordenação de Curso tivesse um perfil mais pedagógico e a CDPD pudesse estar mais próxima priorizando em todas as reuniões o curso do Proeja, devido as especificidades do curso, fortaleceria com mais eficiência a implementação da integração.

Para mais, reconhece-se que a integração não será alcançada somente através de documentos e regulamentações, por esse motivo a atuação da gestão pedagógica do curso será

² Resolução n.º 01/2017- CS/IFB.

fundamental na articulação da proposta pedagógica expressa no PPC.

b. Falta de formação específica para atuar no Proeja

A proposta de formação humana tendo como base a integração da formação básica com a formação profissional, ser melhor compreendida e implementada, pois existe uma incompreensão da proposta original, oriunda dos documentos oficiais do Proeja. A complexidade da compreensão da integração curricular está expressa em textos acadêmicos e pesquisas já desenvolvidas.

A partir de artigos e de experiências de integração, as práticas interdisciplinares, ou seja, a natureza de integração implementada em cursos técnicos integrados se detêm em promover o diálogo pontual entre algumas disciplinas a partir de uma temática. Na maioria desses artigos se imputa ao professor a culpa de não acontecer a integração. Não concordamos com essas conclusões, pois a culpa da não integração não é do professor! Está evidente que existe uma cultura disciplinar muito forte e hegemônica. Além disso, não adianta ter um documento formal expressando a integração no curso (PPC) e o curso se desenvolver na prática de forma desarticulada.

Para existir a integração curricular precisa existir toda uma engrenagem organizada para tal, para não voltar a confundir integração com práticas interdisciplinares. Todos os sujeitos devem ser envolvidos, não só os professores. A interdisciplinaridade não é o ponto de partida, mas é elemento essencial desse trabalho. Existe interdisciplinaridade sem integração, mas não existe integração sem interdisciplinaridade.

Um dos entraves que dificultam a integração curricular é a falta de formação dos protagonistas que atuam no Proeja. Ela dificulta o desenvolvimento da articulação pedagógica prescrita no Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Assim, é importante salientar que o PPC pesquisado se contrapõe à lógica de disciplinas fragmentadas, exigindo envolvimento do corpo docente para

o seu desenvolvimento, o que se diferencia de todos os outros cursos.

O fato é que alguns docentes compreendem a lógica de integração do curso, pois defendem mais diálogo, reuniões, espaços de articulação e organização coletiva, já alguns são resistentes a essas mediações. A maioria dos entrevistados percebe a necessidade de uma formação específica para atuar no Proeja e isso pode ser regulamentado pela Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas (PRGP).

É imperativo desenvolver uma política de formação continuada para os professores que atuam no Proeja, pois dois aspectos são fundamentais e devem ser sempre discutidos: os sujeitos coletivos da EJA e a organização curricular integrada. Entende-se que seria difícil hoje em dia no mercado os editais de convocação encontrarem profissionais capacitados com um perfil profissional para atuar especificamente no PROEJA, tendo em vista a necessidade de contratação de diferentes profissionais para atuarem em diferentes áreas dos cursos ofertados. Logo, uma sugestão seria isso ser controlado no estágio probatório, sendo também uma política de qualificação e requalificação institucional, tendo, por exemplo, uma periodicidade em ter que refazer esse curso. Além disso, compreende-se que as semanas pedagógicas podem ser um espaço adequado para essa formação pedagógica, além de propiciar a construção coletiva do currículo integrado e atividades integradoras.

c. Desenvolver o curso de forma integrada

Muitos dos entrevistados reforçam a necessidade de se fortalecer e desenvolver o curso de forma mais integrada e os espaços de planejamento coletivo são para a construção do Projeto Integrador e para o desenvolvimento de atividades interdisciplinares envolvendo todas as disciplinas. Assim, os momentos de construção coletiva fortalecem o trabalho integrado docente sendo fundamentais para o fortalecimento do trabalho integrado. Entende-

se que a realização de ações integradas entre as coordenações nesse acompanhamento é fundamental, visto que não dá para realizar um trabalho integrado sem uma equipe integrada.

Reconhece-se que a organização do trabalho pedagógico coletivo no acompanhamento do curso do Proeja deve ser pautado na concepção de que trabalho pedagógico prescinde de uma cultura organizacional de colaboração que reflita sua prática cotidiana, em virtude que as discussões coletivas e as trocas de experiências fortalecem a integração, inibindo o trabalho fragmentado, assim como ações individualizadas e solitárias entre seus atores. Desse modo, os momentos de reuniões coletivas devem transformar-se em espaços de construção de conhecimento fundamentais para os docentes compreenderem a política do Proeja e as especificidades da proposta integradora instituída no PPC.

CONCLUSÕES FINAIS

De acordo com Ramos, Ciavatta & Frigotto (2005) a concepção de integração ofertada na EJA integrada à Educação Profissional busca desenvolver uma formação indissociável entre a formação geral e a específica, considerando o trabalho como um princípio educativo, superando a dualidade existente entre trabalho manual e intelectual resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade. Assim sendo, torna-se necessário considerar o itinerário formativo do curso como ponto de partida na concretização da integração e que ela seja compreendida por todos os protagonistas que tuam no curso.

A concretização do currículo integrado na Educação Profissional depende de um mecanismo articulatório envolvendo os protagonistas que atuam no Proeja, isto é, gestores, coordenadores, docentes e estudantes, além do currículo integrado exigir um grupo também integrado.

A pesquisa demonstra que vários princípios precisam ser compreendidos pelos protagonistas do curso, pois a formação humana integral

expressa no PPC é desafiadora e necessita sempre ser revisitada, refletida e compreendida por todos, visto que a não compreensão estimula ações desarticuladas e improvisações que precarizam a oferta.

O papel da Coordenação Pedagógica do curso é relevante para o alcance da integração curricular. Ela mobiliza o grupo em torno dos acordos pedagógicos por módulos, construindo o projeto integrador que articulará as disciplinas para o atendimento da etapa formativa. Esse processo é complexo e exige preparo e embasamento pedagógico, pois os mecanismos de integração do currículo devem ser constituídos de forma que possibilitem articular o trabalho como princípio educativo e a formação emancipatória.

O alcance da integração no currículo do curso deve ser perseguido de forma continuada, ou seja, com base na criatividade, na pluralidade e de se promover uma formação multidimensional, pois a lógica integrada precisará suplantar e superar a organização disciplinar, ou seja, fragmentada. As forças hegemônicas que promovem uma organização disciplinar podem prevalecer e se estabelecer, caso a Coordenação Pedagógica não consiga mobilizar e articular o grupo docente para o alcance da integração.

Assim sendo, o acompanhamento dos cursos técnicos integrados demanda de seus protagonistas a compreensão de vários aspectos que envolvem a lógica curricular integrada, exigindo o domínio sobre estratégias pedagógicas de trabalho com projetos, desenvolvimento de atividades integradas e interdisciplinares, compreendendo a missão do IFB, o propósito da oferta integrada para a EJA, o conceito de integração, o itinerário formativo do curso e as especificidades dos sujeitos coletivos da EJA.

O currículo integrado pode ser concebido a priori, mas se constitui como um movimento prático, exigindo um monitoramento permanente e uma avaliação processual formativa, com o propósito de estar sempre retomando os princípios estruturantes do curso, o percurso formativo do estudante, as concepções de

trabalho e emancipação, além de estabelecer o protagonismo dos educandos, professores, gestores e pessoas e empreendedores da comunidade, no desenvolvimento do conhecimento e da intervenção social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Resolução n.º 001**. Aprova a estrutura organizacional do Instituto Federal de Brasília (IFB) e dá outras providências. Instituto Federal de Brasília, 2017. <https://www.ifb.edu.br/institucional/163-uncategorised/13211-resolucoes>. Acessado em: 23 de março de 2021.
- BRASIL, INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA [IFB] (2016). **PPC do Técnico de Nível Médio em Administração Integrado ao Ensino Médio na modalidade proeja**. <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/5913/PLANO%20DE%20CURSO%20PRO-EJA%20DM%20ATUALIZADO.pdf>.
- CORRÊA, S.; FERRI, C. **Coordenação Pedagógica: das influências históricas à ressignificação de uma nova prática**. Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade, [S. l.], v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/14994>. Acesso em: 05 abril 2022.
- MOURA, D. H. **A integração curricular da educação profissional com a educação básica na modalidade de jovens e adultos (Proeja)**. Cadernos de Pesquisa em Educação, 39, 30-49, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10244> Acesso em: 15 jun. 2022.
- OLIVEIRA, J. C. de. **Coordenador pedagógico: sua atuação como mediador entre as políticas oficiais e a comunidade escolar**. Revista Interna-
- cional de Formação de Professores, Itapetininga, v. 3, n. 4, p. 25-48, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/357>. Acesso em: 31 out. 2022.
- PLACCO, V.M.N.S., & SOUZA, V.L.T. **O trabalho do coordenador pedagógico na visão de professores e diretores: contribuições à compreensão de sua identidade profissional**. In V.M.N.S. Placco, & L.R. Almeida, (Orgs.). O coordenador pedagógico: provocações e possibilidades de atuação (pp. 9-20). Loyola, 2012.
- RAMOS, M. N. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In M. N. Ramos, M. Ciavatta, M., & G. Frigotto (Eds.), Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. Cortez, 2005.
- SALES, M. C.; REIS, R. H. **As perspectivas de integração no currículo da educação profissional integrada à EJA**. Revista Espaço do Currículo, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 153-170, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2019v12n1.41842. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2019v12n1.41842>. Acesso em: 20 maio 2022.
- SALES, M. C. **A Constituição do Currículo da Educação Profissional Integrado à Educação de Jovens e Adultos**. 1ª edição. Editora Appris, 2020.
- SANTOS, F. M. dos. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 383-387, 2012.
- TRIVIÑOS, A. N. S. (2009). **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação- O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**. 5 ed. Atlas. Trujillo, A. (1982). Metodologia da pesquisa científica. McGraw-Hill.

*Recebido em: 11/4/2023
Aprovado em: 5/5/2023*